



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2017

Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.

AUTORIA: Senador Thieres Pinto

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.

Art. 2º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais das esferas federal, estadual e municipal poderão veicular, em sua programação, por tempo não superior a cinquenta por cento do total e mediante remuneração, peças publicitárias comerciais de entidades de direito público e de direito privado, inclusive anúncios de produtos e de serviços.

Art. 3º A remuneração obtida com a veiculação de publicidade comercial deverá custear, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da programação.

Art. 4º O art. 11, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 11.**

.....
VII – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, bem como de publicidade comercial.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17086.98665-09



SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

.....
..... “ (NR)

Art. 5º O art. 19, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 19.** As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, bem como publicidade comercial.” (NR)

Art. 6º Fica revogado o § 5º, do art. 32, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais são, atualmente, proibidos de veicular publicidade comercial. Dessa maneira, suas fontes de recursos são limitadas. Na prática, essas emissoras dependem de recursos públicos para manter sua programação de atividades.

Essa situação tem consequências indesejáveis. Primeiramente, como os serviços de radiodifusão tornam-se fonte de despesas para os governos, eles têm seus orçamentos substancialmente reduzidos, especialmente em momentos de crise fiscal, como o que vivemos. Com isso, a qualidade da programação é comprometida.

Ademais, a forte dependência financeira impede que essas emissoras tenham a necessária independência política, forçando-as a adotar uma postura de subserviência. Dessa forma, fica irremediavelmente comprometida a função desses importantes serviços.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314





SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

Outro aspecto relevante a ser considerado é que os recursos arrecadados irão suprir a necessidade periódica de manutenção dos equipamentos e pagamento aos colaboradores e prestadores de serviços.

Pelo exposto, apresentamos o presente projeto, que tem por objetivo garantir aos serviços de radiodifusão explorados por entidades estatais meios para sua sobrevivência e para garantir sua real independência.

Sala das Sessões,

Senador THIERES PINTO

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998 - 9637/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9637>

- artigo 19

- Lei nº 11.652, de 7 de Abril de 2008 - 11652/08

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11652>

- artigo 11

- Lei nº 12.485, de 12 de Setembro de 2011 - Lei da TV Paga; Lei da TV por Assinatura; Lei do SeAC; Lei do Serviço de Acesso Condicionado - 12485/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12485>

- parágrafo 5º do artigo 32